



REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

GABINETE DA PRESIDÊNCIA DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO CEARÁ, Fortaleza, 17 de fevereiro de 2020.

Desembargador Washington Luís Bezerra de Araújo
Presidente do Tribunal de Justiça do Ceará

PORTARIA Nº 344/2020

Dispõe sobre a concessão de diárias e passagem aérea para magistrado.

O Superintendente da Área Judiciária do Tribunal de Justiça do Estado do Ceará, no uso de suas atribuições legais, com fundamento nas disposições da Resolução do Órgão Especial nº 04/2013, de 26 de julho de 2013 (DJ de 26/07/2013), Resolução nº 09, de 22 de agosto de 2013 (DJ de 23/08/2013), Portaria nº 842/2017 (DJ de 16/05/2017), Resolução do Tribunal de Justiça nº 28/2018 (DJ de 29/11/2018), Portaria 237/2019 (DJ de 07/02/2019) e Resolução do Órgão Especial nº 12/2019 (DJ 27/06/2019),

CONSIDERANDO a decisão do Presidente, Desembargador Washington Luís Bezerra de Araújo, em Designar o Desembargador Henrique Jorge Holanda Silveira, Supervisor do Grupo de Monitoramento e Fiscalização do Sistema Carcerário e os Juizes de Direito Luiz Bessa Neto, Titular da 1ª Vara de Execução Penal de Fortaleza e Francisco Jaime Medeiros Neto, Titular da 4ª Vara da Infância e Juventude de Fortaleza, para viajarem a Brasília-DF, no período de 02 a 04 de março do corrente ano, para participarem do Seminário Internacional: Judiciário, sistema penal e sistema socioeducativo: questões estruturais e mudanças necessárias, nos dias 03 e 04 de março, no Conselho Nacional de Justiça, de conformidade com o Processo nº 8503812-14.2020.8.06.0000,

RESOLVE:

Conceder o pagamento de 02 e ½ (duas e meia) diárias, para o Desembargador Henrique Jorge Holanda Silveira, no valor unitário de R\$ 985,06 (novecentos e oitenta e cinco reais e seis centavos), e uma ajuda de custo no valor de R\$ 246,26 (duzentos e quarenta e seis reais e vinte e seis centavos), totalizando R\$ 2.708,91 (dois mil, setecentos e oito reais e noventa e um centavos), bem como, passagem aérea no trecho FORTALEZA/BRASILIA/FORTALEZA, para o Desembargador indicado e Conceder o pagamento de 02 e ½ (duas e meia) diárias, para os magistrados Luiz Bessa Neto e Francisco Jaime Medeiros Neto, no valor unitário de R\$ 935,81 (novecentos e trinta e cinco reais e oitenta e um centavos), e uma ajuda de custo no valor de R\$ 233,95 (duzentos e trinta e três reais e noventa e cinco centavos), totalizando R\$ 2.573,48 (dois mil, quinhentos e setenta e três reais e quarenta e oito centavos), para cada, bem como, passagem aérea no trecho FORTALEZA/BRASILIA/ FORTALEZA, para os magistrados indicados.

Autorizar a emissão da Nota de Empenho e o pagamento dos valores acima, referente as despesas vinculadas ao primeiro e segundo grau de jurisdição, obedecidas as formalidades legais.

PUBLIQUE-SE. REGISTRE-SE. CUMPRA-SE.

SUPERINTENDÊNCIA DA ÁREA JUDICIÁRIA DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO CEARÁ, Fortaleza, 21 de fevereiro de 2020.

Nilsiton Rodrigues de Andrade Aragão
Superintendente da Área Judiciária

Assessoria de Precatórios DESPACHO DE RELATORES

0000917-16.2019.8.06.0000 - Pedido de Providências. Credora: F. B. A. B.. Advogado: Fabiano Aldo Alves Lima (OAB: 8767/CE). Devedor: E. do C.. Proc. Estado: Eduardo Menescal (OAB: 16996/CE). Proc. Estado: Paulo Gustavo Bastos de Souza (OAB: 18715/CE). Proc. Estado: João Renato Banhos Cordeiro (OAB: 16941/CE). Proc. Estado: Andre Luiz Sienkiewicz Machado (OAB: 23316/CE). Proc. Estado: Rizomar Nunes Pereira (OAB: 20975/CE). Despacho: - DECISÃO ADMINISTRATIVA Pede os autos. Apontam os autos do presente pedido de providências que o pagamento da superpreferência encontra-se aguardando cumprimento da decisão de deferimento de pag. 08. Assim, considerando a necessidade de localização da credora, com posterior atualização e intimação dos cálculos, determino a suspensão do pagamento do benefício, nos termos do art. 32 da Resolução do CNJ, nº 303, de 18/12/2019, com provisionamento do numerário relativo à parcela prioritária em conta de reserva que ocorrerá após atualizado pela Coordenadoria de Cálculos de Precatórios. Localizada a credora, proceda-se ao envio dos autos à Coordenadoria de Cálculos de Precatórios para elaboração dos cálculos. Uma vez decorrido o prazo da intimação dos cálculos, sem irrisignação, promova-se o pagamento do crédito prioritário e os repasses das retenções legais aos entes competentes como determinado à pag. 08, com a liberação do valor provisionado, respeitado o limite calculado do benefício da superpreferência. Cobre-se devolução da Carta de Ordem para localização da credora de pag. 10. Intimem-se. Fortaleza, 18 de fevereiro de 2020. Rômulo Veras Holanda Juiz Auxiliar da Presidência - Portaria de delegação n.º 1817/2019.

0001251-50.2019.8.06.0000 - Pedido de Providências. Credor: J. P. dos S.. Advogado: Francisco Aprígio da Silva (OAB: 9073/CE). Devedor: E. do C.. Proc. Estado: Eduardo Menescal (OAB: 16996/CE). Proc. Estado: João Renato Banhos Cordeiro (OAB: 16941/CE). Proc. Estado: Andre Luiz Sienkiewicz Machado (OAB: 23316/CE). Proc. Estado: Rizomar Nunes Pereira (OAB: 20975/CE). Despacho: - DECISÃO ADMINISTRATIVA Pede os autos. Apontam os autos do presente pedido de providências que o pagamento da superpreferência encontra-se aguardando cumprimento da decisão de deferimento de pag. 11. Assim, considerando a necessidade de localização do credor, com posterior atualização e intimação dos cálculos, determino a suspensão do pagamento do benefício, nos termos do art. 32 da Resolução do CNJ, nº 303, de 18/12/2019, com provisionamento do numerário relativo à parcela prioritária em conta de reserva que ocorrerá após atualizado pela Coordenadoria de Cálculos de